

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 287

Período: 05/04/2008 a 11/04/2008

GEDES – Brasil

- 1- Exército não participa de operação para desocupar terras indígenas no estado de Roraima
- 2- Guatemala negocia com o Brasil compra de aviões Super Tucano
- 3- Elaboração do Plano Estratégico de Defesa leva em conta estudo de cenários prospectivos
- 4- Atuação das Forças no combate à dengue no Rio de Janeiro continua
- 5- Tropas da Minustah auxiliam o controle de manifestações violentas no Haiti

1- Exército não participa de operação para desocupar terras indígenas no estado de Roraima

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro não se envolveu nos preparativos da operação que retiraria fazendeiros ocupantes de terras indígenas na região de Raposa/Serra do Sol, localizada no estado de Roraima. A ausência do Exército na operação evidencia um mal estar entre alguns setores das Forças Armadas e o governo federal. A Polícia Federal (PF) enfrentou a resistência dos fazendeiros, que já deixaram clara a intenção de não desocupar as terras, e utilizando táticas de guerrilhas contra os agentes federais que, diferentemente dos militares, não estão treinados para conter tal modalidade de violência. Além da maior capacidade de combate, os militares também contam com maior conhecimento da região, o que facilitaria e encurtaria a operação, chamada de Operação Upatakon III. No entanto, no dia 10/04/08, a PF começou a desarticular tal operação em decorrência da decisão unânime dos ministros do Supremo Tribunal Federal em negar o recurso da União que requisitava a continuidade da Upatakon. A assessoria do Exército brasileiro esclareceu que Operação Upatakon se restringe à esfera do Ministério da Justiça, e as tropas militares podem participar de operações internas, desde que seja observado o regulamento jurídico sobre o assunto. Segundo o general da reserva Durval de Andrade Néry, da direção do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), o Exército não participaria da operação por não concordar com a retirada dos fazendeiros da região. Demonstrando o posicionamento contrário do Exército à demarcação das terras, o Cebres realizou na sede do Clube da Aeronáutica o seminário “Amazônia, Cobiçada e Ameaçada”, que aconteceu nos mesmos dias em que ocorreriam as reuniões com o governo federal, para os preparativos da operação.. O líder da resistência dos fazendeiros, Paulo César Quartiero, esteve presente no seminário e foi recebido com elogios por alguns militares. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante Militar da Amazônia, afirmou que a demarcação das terras indígenas em Roraima poderia levar o Brasil à perda de parte de seu território, ressaltando que os indígenas não necessitam de terra contínua e que a Casa Militar foi contrária à demarcação determinada pelo governo. O comandante, que ministrou no dia 09/04/08 um curso sobre segurança internacional e defesa, também criticou a atuação restrita dos militares na terras indígenas e ainda afirmou que a situação específica da reserva Raposa/Serra do Sol

extrapola a ação do Exército, já que depende também da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal. Segundo um estudo publicado pelo general da reserva Gélío Fregapani para o Grupo de Trabalho da Amazônia, um colegiado informal constituído por setores de inteligência das Forças Armadas e da PF, as reservas indígenas estão sendo criadas na região por pressões de Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais que estariam agindo à serviço de países estrangeiros, visando o enfraquecimento das fronteiras na região amazônica. Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o coronel da reserva do Exército, Geraldo Cavagnari, expressou que é inaceitável que ONGs estrangeiras, muitas das quais orientadas a explorar a biodiversidade brasileira e que, portanto, não possuem compromisso com os interesses nacionais, interfiram diretamente nas discussões em Roraima. Além disso, o coronel considera intolerável que órgãos estatais como o Exército e a PF tenham que pedir autorização dos líderes indígenas para entrar em suas reservas, principalmente naquelas localizadas nas zonas de fronteira do Brasil. Na opinião do deputado federal Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o conflito na região Raposa/Serra do Sol revela aspectos importantes, como a defesa do território, visto que o cenário é uma zona fronteira; além disso, Rebelo afirmou que a demarcação contínua da reserva foi um erro geopolítico do Estado brasileiro e ressaltou que o Exército foi impedido pelos indígenas de exercer sua função constitucional de proteger as fronteiras na região. Argumentando em favor da demarcação das terras da região da Raposa/Serra do Sol, o coordenador geral do Conselho Indigenista de Roraima, Dionito de Souza, lembrou que o Exército chegou a participar das primeiras etapas da Upatakon e indagou porque os mesmos se recusaram em participar da desocupação da área, tomando partido contra os índios da região. O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, publicou artigo no *O Estado de S. Paulo* questionando porque os militares ainda invocam as questões de segurança nacional para justificar seu posicionamento contra a demarcação de terras indígenas, sendo que há mais de 15 anos esse processo é conduzido, em conformidade com a Constituição Federal, sem que a Amazônia perca sua integridade territorial. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/04/08; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 07/04/08; *O Estado de S. Paulo* – Espaço Aberto – 10/04/08; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 10/04/08; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 11/04/08).

2- Guatemala negocia com o Brasil compra de aviões Super Tucano

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a Guatemala comprará seis aviões brasileiros Super Tucano, na versão mista de treinamento e ataque, por cerca de 54 milhões de dólares. Além dos aviões, o presidente da Guatemala, Álvaro Colom, afirmou que também serão adquiridas dez lanchas rápidas, armadas com metralhadoras, com a finalidade de equipar as forças de segurança no combate ao crime organizado e ao narcotráfico. Colom, que recentemente visitou o Brasil, afirmou que as aeronaves oferecem baixo custo de operação e serão utilizadas em missões de patrulha armada. O mesmo tipo de avião é empregado pelas Forças Armadas do Brasil e da Colômbia. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 08/04/08).

3- Elaboração do Plano Estratégico de Defesa leva em conta estudo de cenários prospectivos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Plano Estratégico de Defesa, que será apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no próximo dia 07/09/08, contém decisões importantes, entre elas, a elevação do número de tropas e bases militares na região amazônica, levando em conta uma hipótese de eventual invasão territorial no Brasil por grupos paramilitares, países vizinhos ou mesmo potências. Segundo o ministro da Defesa, Nelson Jobim, há uma necessidade de reposicionamento e capacidade de mobilização rápida das tropas na Amazônia, e, apesar de o país não sofrer ameaças de invasão hoje, o objetivo do plano é trabalhar com cenários hipotéticos para preparar as Forças. Outras decisões contidas no Plano são: a reestruturação do serviço militar obrigatório brasileiro, com a instituição de um tipo de serviço social obrigatório para o contingente em excesso e a criação de cursos profissionalizantes para os soldados; a possibilidade de conflito com um país menor, este recebendo apoio velado de uma grande potência militar; um cenário de guerra em outra região do globo com impactos mundiais; a utilização dos militares em operações internas, que implica modificação de leis; e o estímulo à indústria de defesa, com a criação de um sistema jurídico e tribunal espacial. Segundo o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, "As Forças Armadas precisam ser a própria Nação em armas. Em geral, hoje servem os que querem servir", e ele propõe que o alistamento seja realizado por classe social e por região geográfica, a fim de que toda a sociedade seja representada pelas tropas militares. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 10/04/08*).

4- Atuação das Forças no combate à dengue no Rio de Janeiro continua

Segundo noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, devido ao aumento dos casos de dengue no Rio de Janeiro em 32% no período de apenas uma semana, aproximadamente 500 militares iniciaram operações de vistoria em casas e busca de focos da dengue. O Exército enviou 300 homens à região de Realengo, zona norte do Rio, enquanto a Marinha e a Aeronáutica contaram com duas equipes de 100 homens enviados à Ilha do Governador. (*O Estado de S. Paulo – Vida& - 10/04/08*).

5- Tropas da Minustah auxiliam o controle de manifestações violentas no Haiti

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os soldados da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah), comandados pelo Brasil, auxiliaram a polícia nacional haitiana a deter uma multidão que tentou invadir o palácio presidencial enquanto realizava manifestações violentas contra o aumento do preço dos alimentos, provocando mortes e deixando muitos feridos. O presidente haitiano, René Préval, fez um discurso para pedir o fim dos atos violentos e anunciou medidas para remediar a situação de fome do país. O Brasil enviou uma remessa com 14 toneladas de alimentos ao Haiti, atendendo a um apelo da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante da Minustah no período de 2004 a 2005, a violência pode

aumentar no Haiti, pois a situação ainda continua instável; no entanto a ONU tem o controle da região e as tropas da Minustah estão preparadas para controlar os protestos, visto que já adquiriram experiência desde que chegaram, em 2004. O atual comandante militar da missão de paz da ONU, o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, declarou à *Folha de S. Paulo* que o descontentamento da maioria da população haitiana com a situação de miséria na qual vive, juntamente com a ação de criminosos que se aproveitam da ocasião, podem desencadear um retrocesso da situação de segurança no país, que em fevereiro de 2004 viveu uma revolta que culminou com a queda do então presidente Jean-Bertrand Aristides. Segundo o general, a ONU trabalha com 100% de seu efetivo nas ruas, e a situação de violência se apaziguou; no entanto, “a solução não é militar, e sim econômica, social e política”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/04/08; Folha de S. Paulo – Mundo – 11/04/08; O Estado de S. Paulo – Internacional – 10/04/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais), Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História; bolsista PIBIC/CNPq).